

**Município da Madalena**

ATA

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA**Local:** Sala de Reuniões da Câmara Municipal**Data:** 28-12-2015**Iniciada às 10h15 e aprovada em minuta a 28-12-2015**

A reunião iniciou-se com a presença de:-----

Presidente: José António Marcos Soares-----**Vice-Presidente:** Marco José Freitas da Costa-----**Vereadores:** Miguel António Moniz Costa-----

Ângela Maria da Silva Oliveira Garcia-----

Catarina Isabel Gaspar Manito-----

Estiveram ainda presentes, o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, que apresentaram ao executivo camarário, para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos da legislação, ao efeito aplicável, cumpriram todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.-----

A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal da Madalena, José António Marcos Soares e secretariada pela assistente técnica, Ana Martins.-----

O Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----**1 – Proposta de assuntos a incluir no Período de Antes da Ordem do Dia – Para deliberação;-----**

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, introduzir os pontos no período de antes da ordem do dia.-----

I – Divisão Administrativa e Financeira:-----**1 – 15.ª Alteração ao Orçamento – Para deliberação;-----**

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º 32/2015, de 23 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: “Cumpre-me informar V. Ex.a que segundo orientações superiores, se torna necessário proceder a uma Alteração ao Orçamento dado as seguintes rubricas não terem dotação suficiente, da seguinte forma: -----



Município da Madalena

Rubricas a reforçar:-----

Transportes:-----

Classificação Orçamental 0102.020210.....3.300,00 Euros

Outros trabalhos especializados:

Classificação Orçamental 0102.020220.....200,00 Euros

Rubricas a deduzir:-----

Pessoal quadros – Regime contrato individual trabalho:-----

Classificação Orçamental 0102.010104.....3.500,00 Euros

Assim, solicita-se a V. Ex.a. se digne autorizar a preparação da referida alteração orçamental, a qual deverá ser presente à próxima Reunião Camarária, para aprovação, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.”-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 15.ª Alteração ao Orçamento.-----

II – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico:-----

1 – Verificação da situação de ruína:-----

1 – Maria Isilda Leonor Melo Jorge – Registo n.º 9676/2015 – Para deliberação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 1014/2015, de 23 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: “A requerente pretende proceder à reavaliação tributária do prédio urbano com o artigo n.º 709 da freguesia de Candelária, sito em Estrada Regional n.º 1 – 2.ª, Mirateca, Candelária, como prédio urbano, em situação de ruínas, sendo para isso avaliado como “prédio em ruínas”.-----

Nos termos do n.º 4.º do artigo 46.º do CIMI, os prédios urbanos em ruínas, poderão ser avaliados como tal, ou como terrenos para construção, mediante deliberação camarária que confirme o efetivo estado de ruína.

Para o efeito, foi efetuada vistoria ao imóvel em questão, tendo sido verificado que “... o imóvel apresenta-se com danos estruturais na cobertura, pelo que se considera o mesmo em estado de ruína.”-----

Assim, face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do CIMI, confirmar o estado de ruína, conforme teor do auto de vistoria.”-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, confirmar o estado de ruína, conforme teor do auto de vistoria.-----

Não havendo mais nada a acrescentar ao período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara Municipal da Madalena, deu o mesmo por encerrado, dando inicio ao período da Ordem do dia, em cumprimento do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

ORDEM DO DIA

I Divisão Administrativa e Financeira-----



[Handwritten signature]

196
Liv36

Município da Madalena

1 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal da Madalena realizada a 14 de dezembro de 2015 - Para deliberação.-----

2 - Informação dos responsáveis de cumprimento das deliberações da reunião de 14 de dezembro de 2015 - Para conhecimento.-----

3 - Resumo Diário da Tesouraria - Para conhecimento.-----

4 - Proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município da Madalena e o Agrupamento 904 de Santa Maria Madalena - Corpo Nacional de Escutas - Para deliberação.-----

5 - Proposta de aumento temporário de fundos disponíveis para o ano de 2016 - Para deliberação.-----

II Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico-----

1 - Projetos de Arquitetura:-----

1 - Lisete Maria Medeiros Rodrigues - Processo n.º 002/2013 - Alteração (Telas Finais) - Para Ratificação;--

2 - Ana Cristina Rodrigues Dutra - Processo n.º 054/2015 - Para Ratificação;-----

2 - Projetos de Arquitetura e Especialidades:-----

1 - Bruno Goulart Neves - Processo n.º 061/2015 - Para Ratificação;-----

3 - Projetos de Especialidades:-----

1 - Maria de Lurdes Silva Medeiros - Processo n.º 051/2015 - Para Deliberação;-----

I – Divisão Administrativa e Financeira:-----

1 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal da Madalena realizada a 14 de dezembro de 2015 - Para deliberação;-----

Foi dispensada a leitura da ata da Reunião anterior, a qual, foi previamente distribuída aos Membros do Executivo.-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata.-----

2 - Informação dos responsáveis de cumprimento das deliberações da reunião de 14 de dezembro de 2015 - Para conhecimento:-----

O executivo foi informado, pelos Chefes de Divisão, do cumprimento das deliberações da última reunião camarária, em conformidade com o identificado nos documentos remetidos à Presidência para integrarem a ordem do dia da reunião camarária.-----

Deliberação: Tomado conhecimento.-----

3 - Resumo Diário da Tesouraria - Para conhecimento;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o resumo diário da tesouraria referente ao dia 22 de dezembro do corrente ano, no valor de 453.989,41€ (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos).-----

Deliberação: Tomado conhecimento.-----

4 - Proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município da Madalena e o Agrupamento 904 de Santa Maria Madalena - Corpo Nacional de Escutas - Para deliberação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o registo n.º 1645, de 18 de dezembro, documento que por ser extenso se encontra reproduzido nos documentos anexos a esta reunião, para os devidos e legais efeitos, tendo sido ainda previamente distribuído aos membros do executivo camarário, para que sobre este assunto pudessem deliberar.-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder sob designação jurídica de Comodato, o edifício da Escola das Sete Cidades, ao Agrupamento 904 de Santa Maria Madalena do Corpo Nacional de Escutas.-

5 - Proposta de aumento temporário de fundos disponíveis para o ano de 2016 - Para deliberação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º EV 11/2015, de 21 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: “Relativamente ao assunto supra referenciado cumpre-me informar V. Exa. que torna-se necessário aprovar o aumento temporário de fundos disponíveis, de acordo com o artigo 4º, da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artigo 6º, do Decreto -Lei nº 127/2012 de 21 de junho, autorizado e elaborado a 21 de dezembro de 2015 respetivamente, com base nos seguintes fundamentos:-----

a) Nos termos do artigo 8º, nº 1, do decreto lei nº 127/2012 de 21 de junho a assunção de compromissos no âmbito dos contratos com duração limitada ao ano civil, independentemente da sua forma e natureza jurídica, deve ser efetuada pelo seu valor integral aquando da outorga do respetivo contrato, emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente.-----

b) Nos termos do artigo 8º, nº 2, do decreto lei nº 127/2012 de 21 de junho a assunção de compromissos, independentemente da duração do respetivo contrato, se o montante a pagar não puder ser determinado no momento da celebração do contrato, nomeadamente, por depender dos consumos a efetuar pela entidade adjudicante, a assunção do compromisso far-se-á pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis.-----

Face ao exposto, deverá o pedido de aumento temporário de Fundos Disponíveis (artigo 4º, lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro), no montante de 1.063.844,82 euros, ser presente à reunião do Executivo Camarário, para a competente aprovação. -----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de aumento temporário de fundos disponíveis para o ano de 2016, no montante de 1.063.844,82€.-----

II Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico-----

1 - Projetos de Arquitetura:-----

1 - Lisete Maria Medeiros Rodrigues - Processo n.º 002/2013 - Alteração (Telas Finais) - Para Ratificação;-----



Município da Madalena

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 0995/2015, de 16 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: “A requerente, através dos elementos entregues, apresenta as alterações efetuadas durante o decorrer da obra e que consistiram na alteração de alguns vãos e da pala do alpendre do alçado posterior.-----

Estas alterações não alteram os pressupostos da aprovação inicial.-----

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, aplicável por força do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro.-----

Em caso de deferimento, poderá proceder-se à emissão do Alvará de Autorização de Utilização, após depósito da Ficha Técnica da Habitação.”-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento do Senhor Presidente.-----

2 - Ana Cristina Rodrigues Dutra - Processo n.º 054/2015 - Para Ratificação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 0988/2015, de 14 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: A requerente, na qualidade de proprietária, pretende proceder à construção de uma moradia num prédio sito à Canada do Costa, Criação Velha.-----

A pretensão cumpre os parâmetros urbanísticos do Espaço Florestal, tendo a interessada assumido em audiência prévia escrita, a garantia do abastecimento de água. Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.”-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento do Senhor Presidente.-----

2 - Projetos de Arquitetura e Especialidades:-----

1 - Bruno Goulart Neves - Processo n.º 061/2015 - Para Ratificação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 1004/2015, de 21 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: “Projeto de Arquitetura:-----

O requerente, na qualidade de proprietário, pretende proceder à construção de um escritório de apoio a uma Rent-a-Car, num prédio sito Estrada Regional n.º 1 – 2.ª e Rua do Ferreiro, Criação Velha.-----

A pretensão cumpre os parâmetros urbanísticos do Espaço Urbano da Madalena/Criação Velha, tendo merecido os pareceres favoráveis por parte da Autoridade de Saúde Concelhia e Secretaria Regional do Turismo e Transportes.-----

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.-----

Projetos de Especialidades:-----

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, os projetos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os Projetos de Estabilidade, Rede de Abastecimento de Água e Esgotos, Acústica, ITED e Instalações Elétricas, apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.-----

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projetos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.”-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento do Senhor Presidente.-----

3 - Projetos de Especialidades:-----

1 - Maria de Lurdes Silva Medeiros - Processo n.º 051/2015 - Para Deliberação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 0987/2015, de 14 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, os projetos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os Projetos de Estabilidade, Rede de Abastecimento de Água e Esgotos, Acústica, ITED e Instalações Elétricas, apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.-----

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projetos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.”-----



Município da Madalena

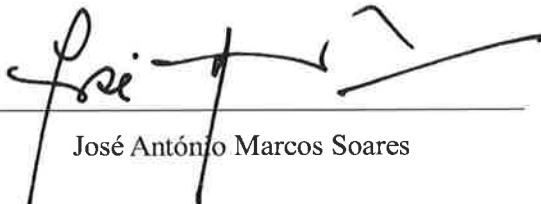
Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

Iniciada às 10:15 e encerrada às 10:30.-----

Aprovada 28-12-2015 em minuta e publicada através do Edital n.º 38.-----

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada esta reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e eu Ana Martins redigi e subscrevi, ficando os responsáveis dos serviços encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante aos seus departamentos. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA



José António Marcos Soares

